

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: O QUE DIZ A CPA DA UNIFAP?

Maria Nazaré do Nascimento Guimarães¹
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
nazaguimcp@gmail.com

Maria Sonale de Queiroz²
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
mqueiroz.sonale@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este texto é fruto de um recorte de estudos desenvolvidos em pesquisa de iniciação científica, oriundos do projeto denominado “Avaliação institucional na Amazônia: um estudo nas universidades federais do Amapá, Roraima e Rondônia”, que teve como objetivo investigar a realidade das universidades no que tange ao impacto da autoavaliação na gestão das instituições de ensino superior. Neste estudo, apresentamos apenas parte do resultado da investigação com apenas o relato de quatro questões obtidas através da entrevista, na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada de agosto de 2017 a julho de 2018, através de entrevistas semiestruturadas.

Segundo Guimarães (2012), a avaliação institucional foi implantada com objetivo de melhorar as universidades, porém, Dalben (apud GUIMARÃES, 2012) afirma que o governo vem conduzindo as avaliações institucionais conforme interesse do Banco Mundial. Nessa perspectiva, o Estado avaliador deixa claro seu papel de controlador político. Portanto, faz-se necessária a investigação e os resultados destas pesquisas poderão servir de elementos para elaboração de políticas públicas da gestão das universidades.

DESENVOLVIMENTO

O ensino superior no Brasil passou por vários processos avaliativos, todos com a tentativa de apresentar dados, especialmente para os organismos internacionais que por muito tempo financiam a educação brasileira.

Em 1968, foi implantado o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU); em 1986, o Grupo de Estudos da Reforma da Educação Superior (GERES)

¹ Professora da UNIFAP. Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIFAP.

e o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB); em 1996, o Exame Nacional de Curso (ENC); e em 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Na UNIFAP, o primeiro processo de avaliação institucional deveria ter sido realizado em 1993. A comissão interna chegou a ser criada, entretanto, a presidente deste grupo de trabalho adoeceu e precisou de acompanhamento médico fora do estado em que residia. Assim, o processo avaliativo não foi concretizado. A primeira avaliação institucional da UNIFAP iniciou-se em 2004. Professores, alunos e técnicos foram convidados à condução desse processo (GUIMARÃES, 2012).

Contudo, conforme estudos de Guimarães (2012), a UNIFAP deu início a esse trabalho em 2006, no qual professores, alunos e técnicos foram convidados para conduzir os trabalhos, formando assim a primeira CPA desta instituição. O início dos trabalhos se deu em agosto de 2006, sob a coordenação da Pró-Reitora de Graduação, que orientou os membros da Comissão Própria de Avaliação acerca da realidade da universidade, pois a instituição tinha a responsabilidade de entregar o relatório do processo de avaliação institucional até dezembro. Em seguida, realizou-se uma eleição para a escolha do presidente da comissão e os membros se organizaram para empreender estudos e produzir os relatórios.

RESULTADOS

Participaram da pesquisa seis membros das CPA que atuam na UNIFAP. Visando garantir o anonimato dos participantes, eles foram assim denominados: S1, S2, S3, S4, S5 e S6.

Questão 1 – Como realizaram o processo de avaliação institucional na IFES?

Na fala do entrevistado S2 é possível identificar com mais expressividade a dificuldade enfrentada pela comissão, como a falta de estrutura física e pessoal para a realização do processo de avaliação. Mesmo assim, na fala de S3 se evidencia a preocupação que o departamento tem em antecipar as avaliações do MEC, simulando um relatório, conforme o do ministério, e antecipando questões desse processo, com o objetivo de promover uma pré-avaliação, avaliando os dados e encaminhando demandas aos setores responsáveis. Desse modo, buscam antecipar os problemas e possibilidades de corrigi-los, para que na visita da equipe de

avaliação do MEC esses problemas tenham sido minimizados. Daí a importância da avaliação institucional como instrumento para que a gestão de forma integrada possa perceber as demandas apontadas e tomar decisões estratégicas.

Questão 2 – Qual a importância que você atribui aos processos de avaliação realizados?

Nas falas dos entrevistados, percebe-se o quanto os relatórios da CPA são importantes para a elaboração das ações e o quanto ele pode agregar na elaboração de planejamentos estratégicos nas instituições federais de ensino superior (IFES). Na fala de S2 fica a deixa para que a gestão possa tomar o relatório para si como instrumento de mudança e, quando se fala de gestão, envolvem-se todos os setores que integram a UNIFAP e são afetados pelos processos de avaliação: coordenadorias de ensino, departamentos, pró-reitorias, reitorias, etc. Os entrevistados afirmam que nos relatórios estão as potencialidades e as fragilidades da instituição e se a gestão utilizar esses dados como perspectivas de mudanças, acredita-se que superaria algumas dificuldades detectadas.

Questão 3 – Como a comissão se organizou para continuar estudando os documentos relacionados a essa temática?

Constata-se, na fala de S1, que participar de eventos promovidos pelo MEC é imprescindível para subsidiar os estudos das reuniões previstas no calendário de ações. S1 ainda destaca a busca de informações em outras IES que já tenham realizado os trabalhos, ou seja, existe uma preocupação do grupo em estar inteirado de todas as orientações advindas do MEC. S6 enfatiza a avaliação interna, realizada pelos cursos, o que comprova uma preocupação não apenas com a avaliação institucional, que é obrigatória de ser realizada, mas também uma avaliação que retrate a realidade da IES.

Questão 4 – Análise sobre as dificuldades vivenciadas pela comissão para realizar o processo avaliativo.

Para S1: “precisa melhorar ainda a estratégia de sensibilização para que todos percebam a importância, em especial os gestores e que eles possam dar o gás necessário de respostas, pois teve momento de processos que foram enviados documentos e só alguns responderam.” A questão estrutural também é colocada por S2 como dificuldade para articulação das ações do processo de avaliação, espaço para reunir, entre outros que prejudicam a qualidade dos trabalhos. Mais uma vez é reforçado na fala de S2 que a CPA precisa fazer dentro das instituições um o

seminário para socializar as informações da avaliação de modo geral para que as barreiras que a CPA está encontrando sejam quebradas e a instituição possa melhorar. É preciso, como expresso nas falas dos entrevistados, valorizar mais o trabalho que é desenvolvido pela CPA, disponibilizar estrutura necessária, principalmente espaço físico, e criar estratégias para agregar mais pessoas: incentivos como bolsas, atividades complementares, carga horária para docentes, etc.

CONCLUSÃO

A construção do relatório de pesquisa possibilitou muitas reflexões acerca da temática “avaliação institucional”.

A pesquisa apontou avanços significativos desde a primeira avaliação institucional que foi realizada nas instituições, como a criação do Departamento de Avaliação, o qual viabilizou uma organização mais sistemática do trabalho, com uma equipe formada por profissionais que se preocupam em discutir, planejar e avaliar os instrumentos de avaliação adotados pelas instituições.

A perspectiva que se tem sobre os processos de avaliações institucionais é que a CPA possa avançar nos instrumentos de avaliação e, principalmente, que a gestão reconheça a importância do processo avaliativo e os resultados apontados nos relatórios produzidos possibilitem o suporte para o planejamento das ações internas e externas. Para isso, é preciso que a gestão garanta infraestrutura (espaço, financiamento, incentivo para equipe) da CPA para que possam ampliar suas estratégias de divulgação e de participação dos públicos internos e externos.

Contudo, é necessário que haja interesse e sensibilização por parte da gestão como um todo das instituições, que os resultados apontados nas avaliações sejam vistos como algo que precisa ser melhorado e não como algo punitivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: bases de uma nova proposta de avaliação da Educação Superior. Brasília, DF, ago. 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

GUIMARÃES, M. N. do N. **Contribuições de uma política pública de avaliação institucional para a Universidade Federal do Amapá**. Tese (Doutorado em Educação) – UFSCar, 2012.